



cegecon

Centro de Gestão e Controle

**ESTATUTO
SOCIAL
CONSOLIDADO**

11/01/2020 - Protocolo nº. 1703819 - 28/09/2020

CENTRO DE GESTÃO E CONTROLE

DIRETORIA EXECUTIVA

Will Marques Vitor de Paula
Diretor Presidente

Murilo Faria Cezar
Diretor Executivo

Thaine Barbosa Vilas Bôas
Diretora Administrativa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alessandro Miranda de Siqueira

Antônio Carlos Nascimento Martins

Célia Pires Moreira

Francisco Damiano da Silva

Joilza Adriana de Sousa

Maria Alaides Pereira da Silva

Sueid Mendonça de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Manoel Rodrigues de Carvalho
Conselheiro Titular

Erlí Pinheiro Tavares de Moraes
Conselheira Titular

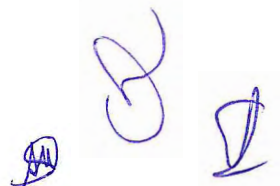
Paulo Afonso dos Santos
Conselheira Titular

Divanir Ribeiro da Silva
Conselheiro Suplente

Edson Pinto Ribeiro
Conselheiro Suplente

Elaine Lobo Queiroz
Conselheiro Suplente

IMPRTDPJ - Protocolo nr. 1703619 - 28/09/2020



POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO



Missão

Promover soluções aos desafios do progresso e às demandas que se apresentem às atividades em colaboração com o Poder Público.



Visão

Alcançar o reconhecimento nacional pela qualidade da gestão e das soluções implementadas nas instituições públicas e privadas.

Valores

Ética

A coerência entre nossas palavras e nossas ações é o maior ativo que temos em nossa organização.

Eficiência

Demonstramos respeito e comprometimento com o cidadão, buscando alcançar nossas metas com presteza, agilidade, qualidade e segurança, utilizando os recursos disponíveis de forma responsável e transparente.

Gestão participativa

Valorizamos a participação de todos os colaboradores nos processos de planejamento e operacionalização de nossa instituição. Entendemos que uma equipe comprometida é aquela que participa das decisões e não apenas cumpre tarefas.



Responsabilidade social

Nossos projetos e ações buscam sempre causar impactos sociais importantes para a sociedade em geral e para nosso público-alvo em particular. Traduzimos nossos investimentos em benefícios sociais e culturais para melhorar a qualidade de vida de todos.

Responsabilidade com os recursos públicos

Quando administramos e executamos projetos que envolvem recursos públicos, redobramos nossa atenção e cuidado, pois reverenciamos como sagrado o trabalho de toda a sociedade que contribui para a arrecadação de recursos. Mantemos rigoroso cumprimento da legislação e normas do setor público, com manutenção das atividades de Qualidade e Compliance, exercidas por profissionais capacitados.

Sustentabilidade

Tratamos o futuro como consequência das nossas decisões do presente. Por isso, prezamos a sustentabilidade como forma de entregar às gerações vindouras um mundo melhor para se viver e trabalhar.

REVISÕES DO ESTATUTO SOCIAL

Extrato da última alteração – aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 29 de julho de 2020.

**Constituída originariamente na Assembleia Geral Fundação
Realizada em 27 de maio de 2005.**

Alterado na Assembleia Geral Ordinária
Realizada em 15 de dezembro de 2015;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 17 de maio de 2016;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 23 de setembro de 2016;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 31 de maio de 2017;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 23 de fevereiro de 2018;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 1º de novembro de 2018;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 02 de janeiro de 2019;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 1º de abril de 2019;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 30 de setembro de 2019;

Alterado na Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de junho de 2020

11PRTPFJ - Protocolo nr. 1703819 - 28/09/2020



SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO	2
Seção I – Da Denominação	2
Seção II – Da Sede	2
Seção III – Do objeto e da finalidade	2
CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS.....	7
Seção I – Dos Direitos	8
Seção II – Dos Deveres.....	8
Seção III – Das penalidades.....	8
CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL.....	9
Seção I - Das Competências	9
Seção II - Da Convocação	10
Seção III - Da Instalação	10
Seção IV - Das Deliberações.....	10
CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
Seção I - Das Competências	12
Seção II – Da Composição	12
Seção III – Dos Conselheiros	14
Seção IV – Das Disposições Gerais	14
CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	15
Seção I - Da Composição.....	15
Seção II - Do Mandato.....	15
Seção III - Da Remuneração	15
Seção III - Da Responsabilidade	16
Seção IV - Da Competência	16
Subseção I – Do Presidente	16
Subseção II – Do Diretor Executivo.....	17
Subseção III – Do Diretor Administrativo	18
Seção V – Das Disposições Gerais	19
CAPÍTULO VII – DO COMITÊ TÉCNICO	19
CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL.....	20
CAPÍTULO IX - DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO	21
CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E SEUS RESULTADOS	21
CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO.....	22
CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

AGE 29/07/2020

CEGECON - CENTRO DE GESTÃO E CONTROLE
CNPJ/MF nº 14.215.865/0001-80

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

Seção I – Da Denominação

Art. 1º O CEGECON - CENTRO DE GESTÃO E CONTROLE, com nome fantasia CEGECON, pessoa jurídica de direito privado, organização instituída como associação de pessoas físicas, sem finalidade lucrativa, qualificada como organização, não possui caráter político-partidário ou religioso, com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica e patrimônio distintos de seus dirigentes e que se regerá pelo presente Estatuto e pelos Regimentos Internos que vier a estabelecer.

Seção II – Da Sede

Art. 2º O CEGECON - CENTRO DE GESTÃO E CONTROLE, CNPJ Nº 14.215.865/0001-80, doravante denominado CEGECON, poderá a qualquer tempo estabelecer escritórios de representações e constituir filiais em todo território nacional:

I - A matriz está situada Avenida C-255, sob nº 400, Edifício Eldorado Business Tower, sala 1101, Nova Suíça, Goiânia - GO, CEP Nº: 74.280-010;

II - A Filial 01, devidamente inscrita no CNPJ/MF 14.215.865/0002-60 está situada na Avenida C-255, sob nº 400, Edifício Eldorado Business Tower, sala 1102—1104 e 1108 - 1111, Nova Suíça, Goiânia - GO, CEP Nº: 74.280-010.

Parágrafo Único - Para o cumprimento das finalidades da associação, as mudanças de endereço das filiais e dos escritórios de representações, bem como suas constituições, para o exercício de suas atividades, serão deliberadas e procedidas por ato da Diretoria Executiva, com delegação de atribuições ao Diretor Presidente.

Seção III – Do objeto e da finalidade

Art. 3º O CEGECON tem por finalidade essencial a promoção da pesquisa, do ensino e ainda do desenvolvimento institucional, bem como a promoção e a implementação da defesa dos interesses dos seus associados e da comunidade de uma forma geral, exercendo atividades de gestão e operacionalização de instituições privadas ou públicas, com enfoque nas áreas de assistência social, cultura, educação, desenvolvimento tecnológico, gestão de atendimento ao público, gestão de serviços sociais e auxiliares em unidades prisionais, integração social do menor infrator e garantia de seus direitos individuais e sociais, pesquisa científica, proteção e preservação do meio ambiente, saúde, educação profissional e tecnológica, esporte e lazer, assistência técnica, extensão rural e abastecimento, incentivando a melhoria de qualidade de vida com vistas à formação do cidadão pleno e a geração de emprego e renda.

Art. 4º Para a consecução de suas finalidades o CEGECON realizará atividades em qualquer parte do território nacional, elencadas a seguir:

I - Atividades de Educação Formal, Profissional e Tecnológica:

- a) Promover o planejamento, desenvolvimento e execução de projetos de educação profissional, educação especial, educação infantil, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, ensino médio, técnico e superior de graduação e pós-graduação, na forma presencial e através de ensino a distância, pela sua própria estrutura e/ou utilizando-se de parcerias com instituições da administração pública e de entidades privadas;
- b) Gerir, como Organização Social, as estruturas e equipamentos públicos integrantes da Rede Pública de Educação Profissionalizante e a operacionalização das ações da política educacional pública, consubstanciadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão, ofertadas por meio de cursos e programas de formação inicial continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância e também das ações de desenvolvimento e transferências de inovações tecnológicas, no apoio à educação profissional e ao setor produtivo.
- c) Promover a implantação de laboratórios de currículos, e de confecção de cenários de educação, com vistas a identificar as demandas do setor produtivo, suas boas práticas, dos avanços tecnológicos e inovações do setor e da correspondente adequação destes aos currículos propostos ou a serem implementados no âmbito das unidades de educação;
- d) Desenvolver e aplicar metodologias para garantir a interlocução e articulação com os arranjos produtivos locais, identificando as demandas por formação profissional, e transferências de novas tecnologias e prestação de serviços;
- e) Aplicação de logística necessária à execução dos cursos palestras e programas, realização de visitas técnicas, aulas práticas de EAD e apoio aos processos de tutoria e serviços de coordenação no acompanhamento de cursos e serviços;
- f) Desenvolvimento de projeto, programas e ações tecnológicas de ensino e extensão, nas comunidades carentes e nos territórios rurais dos estados, por meio de laboratórios móveis, permitindo a democratização ao acesso e flexibilização da oferta de educação profissional e do empreendedorismo;
- g) Promover e realizar ações voltadas para a garantia de uma educação pública e privada de qualidade, com transferência de conhecimentos e tecnologia, que favoreça o pleno e efetivo desenvolvimento intelectual, cultural, sócio afetivo e psicomotor de crianças, adolescentes, jovens, adultos e adulto da terceira idade, com condições fundamentais para a inclusão social;
- h) No desenvolvimento da atividade de produção científica, poderá criar materiais didáticos, para atender as demandas dos cursos a serem ministrados, presenciais e a distância, próprios e de terceiros, e também desenvolver e aplicando as ferramentas tecnológicas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, além de produzir, distribuir e vender material didático, suprimentos de informática e de comunicação da própria Entidade ou de terceiros;
- i) Promover cursos, seminários, simpósios e congressos, visando à capacitação, o aperfeiçoamento profissional e formação a docentes.
- j) Firmar convênios, contratos, parcerias, com organismos, entidades e empresas nacionais e/ou internacionais, públicas e/ou privadas, para o desenvolvimento de projetos de ensino, visando a erradicação do analfabetismo.

II - Atividades de Educação de Trânsito:

- a) Atuar nas áreas de educação de trânsito aos usuários, com aulas teóricas e práticas, pra obtenção de permissão para dirigir, obtenção e renovações de CNH - Carteira Nacional de Habilitação e PIO - Permissão Internacional para Dirigir, dentre outros, voltados para melhoria da qualidade do trânsito no País;
- b) Atuar nas áreas de produção e operacionalização de cursos de capacitação profissional, direcionados a instrutores de trânsito, examinador de trânsito, agente de trânsito, tutoria para reciclagem de condutor infrator, dentro outros voltados a melhoria da qualidade profissional dos operadores de trânsito em todo território nacional;

- c) Desenvolver, projeto e programas de pesquisas científica, e promover ações para desenvolvimento institucional e tecnológico, visando melhoria da política e dos instrumentos reguladores e de controles do trânsito;
- d) Atuar nas áreas de promoções de eventos educacionais, congressos, seminários e planejamento de campanhas educativas para proteção e preservação da qualidade do trânsito, nas esferas municipais, estaduais e federais.

III - Atividades de Seleção, Capacitação e Treinamento de Profissionais:

- a) Atuar na gestão e operacionalização de unidades, serviços e processos de seleção de pessoas para ingresso nas carreiras profissionais de trabalho em instituições públicas, ou privadas;
- b) Atuar na gestão e operacionalização de unidades, serviços e processos de avaliações,
- c) concursos e processos seletivos aplicado na educação, tais como vestibulares e provas de habilitações para seleção de alunos, objetivando o ingresso em cursos, que assim os exigem;
- d) Promoção de Cursos de Treinamentos Profissionais diversos, Cursos de Formação Continuada para Professores, preparação de Tutorias presenciais e a distância, inclusive os ... serviços de apoio logístico para suas realizações;
- e) Desenvolver cursos profissionalizantes com programas especiais de capacitação, objetivando a preparação técnica profissional para o jovem, visando seu ingresso no mercado de trabalho;

IV - Atividades Culturais:

- a) Elaboração de projetos artísticos e culturais, de captações de recursos e de suas realizações como também as execuções de serviços de produções, em todo território nacional e internacional;
- b) Desenvolver programas e atividades de defesa e conservação de bens e direitos sociais de aspectos culturais e ao patrimônio histórico e cultural da nação brasileira e da humanidade, em ações no território nacional;
- c) Gerir, como Organização Social, as estruturas e equipamentos culturais e de . preservação de elementos históricos em museus, unidades de exposição e acervos em unidades de ensino e em estruturas de divulgações culturais públicas e privadas;
- d) Fomentar e apoiar à realização de atividades de caráter cultural, inclusive no que diz a restauração e preservação de obras tombadas pelo patrimônio histórico brasileiro;
- e) Produzir, editar, e divulgar materiais impressos, audiovisuais, programas de rádio, de televisão, e peças destinadas à veiculações em cinemas e veículos da internet, de cunho educacional e cultural;
- f) Apoiar, incentivar e promover o desenvolvimento de atividades de excelência e referência nas áreas de formação musical, dança e representações, abrangendo artes clássicas de alta qualidade, além de elaborar, ofertar e realizar cursos profissionalizantes nas áreas mencionadas, na modalidade presencial, à distância e semipresencial, incluindo tutoria. Realização de eventos e processos seletivos para identificação de talentos e formação de profissionais em artes.

V - Atividades na área da Saúde:

- a) Gerir e operacionalizar, como Organização Social estruturas públicas da organização da atenção básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e para o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS) do Sistema Único a Saúde - SUS;
- b) Gerir e operacionalizar, como Organização Social estruturas públicas da organização dos serviços de Pronto Atendimento de Urgência - UPA e das Unidades Hospitalares de baixa, média

e alta complexidade, em unidades do Sistema Único de Saúde - SUS, unidades de tratamento de dependência química e deficiência mental, assistência psicossocial, laboratoriais e de ações em saúde pública, em todo território nacional;

c) Gerir e operacionalizar, como Organização Social estruturas privadas de saúde em unidades hospitalares de baixa, média e alta complexidade, unidades de tratamento de dependência química e deficiência mental, assistência psicossocial, laboratoriais e de ações em saúde, em todo território nacional;

d) Gerir e operacionalizar, como Organização Social, estruturas públicas voltadas à execução dos programas de desenvolvimento de servidores, com a promoção da educação permanente dos trabalhadores em saúde pública, com foco no Sistema Único de Saúde e na melhoria da qualidade de vida da população.

e) Atividades de Assistência Social, Inclusão Social e Atividades Socioeducativas:

f) Gerir e operacionalizar, como Organização Social as atividades de assistência social, nas estruturas públicas, voltadas às atividades de Centro Regionais de Atendimento Socioeducativo e de ações de promoção de inclusão social e reinserção de pessoas nas atividades sociais e produtivas, em todo território nacional;

g) Desenvolver programas visando a prestação de assistência social à família, idosos, crianças e adolescentes, e aos indivíduos em condições de necessidades especiais e em situações de risco, através de ações próprias ou conveniados em parcerias com órgãos públicos e privados;

VI - Atividades de Integração Social do Menor Infrator e Garantia de Seus Direitos Individuais e Sociais:

a) Gerir e operacionalizar, como Organização Social em unidades públicas, nas atividades de Integração Social do Menor Infrator e desenvolvimento de programas que criam condições de garantir seus direitos individuais e sociais;

b) Desenvolver atividades que promovam a inserção do jovem no mercado de trabalho e a sua formação profissional, realizando cursos profissionalizantes e a ressocialização através de ações de voluntariados, além de incentivar estudos e projetos que valorizem o adolescente e o jovem como cidadão;

c) Desenvolver em conjunto com a sociedade, programas que promovam soluções para a implementação dos direitos do adolescente e do jovem como cidadão, que se encontre em situação social desfavorável e/ou de risco;

d) Promover campanhas contra o uso de drogas e outros males que assolam a juventude em nossa sociedade;

VII - Atividades no Atendimento ao Público e Operacionalização de Serviços:

a) Gerir e operacionalizar, como Organização Social, unidades de atendimento ao público, com oferta de serviços de interesse público, administração de recursos humanos e de procedimentos administrativos voltados ao atendimento do usuário de serviços públicos em suas unidades;

b) Prestar serviços especializados de telemarketing e de teleatendimento (Call Center) ativo e receptivo com toda a infraestrutura necessária, utilizando parcerias com empresas e instituições especializadas;

c) Promover Assessoria Técnica na área de informática e tecnologia aos seus associados, conveniados, parceiros públicos e da iniciativa privada;

d) Promover Apoio e Assessoria Técnica na área de elaboração de programas tecnológicos e de inovações, objetivando o aprimoramento de técnicas, dinamizando e tornando mais eficientes os serviços operacionais da administração pública e da atividade privada nas diversas áreas do conhecimento;

e) Desenvolver atividades de organização de arquivos, biblioteca de acervos físicos e digitais, banco de dados, videoteca ou outros sistemas de informação especializados nas áreas

relacionadas ao seu campo de atuação;

VIII - Atividades de Assistência social e de serviços a Unidades Prisionais:

- a) Gerir e operacionalizar, como Organização Social, unidades prisionais, com oferta de proteção e segurança à população carcerária, com assistência social e educacional, visando de garantir o cumprimento dos direitos, da ética, da cidadania e dos deveres dos educandos, em cumprimento de penas no sistema penitenciário, visando sua recuperação e condições de socialização;
- b) Desenvolvimento de programas visando promover a humanização, recuperação, inclusão social, capacitação e formação escolar dos reclusos, buscando seu desenvolvimento e a consequente redução de índices de reincidência criminal;

IX - Atividades de Proteção e Preservação do Meio Ambiente:

- a) Gerir e operacionalizar, como Organização Social, Unidades de Controle, Proteção, Vigilância e Preservação do Meio Ambiente, desenvolvido pelo Poder Público, na defesa dos recursos naturais em todo território nacional.
- b) Desenvolver pesquisas e programas na identificação das causas dos problemas ambientais com apontamentos sistemáticos de possíveis soluções, visando o desenvolvimento ecologicamente sustentável e provendo campanhas contra o mal uso e desperdícios dos recursos naturais, em todo território nacional;
- c) Desenvolver projetos e operacionalização de cursos, treinamentos, seminários e congressos, sobre o meio ambiente, visando à conscientização em relação às condições ambientais;
- d) Desenvolver trabalhos de ecoturismo e promover eventos de cunho ecológico, educacional e cultural visando credenciamento junto aos órgãos governamentais e não governamentais e outros instrumentos de cooperação com entidades congêneres, tanto públicas como privadas, para a angariar recursos destinados a gestão de Projetos Ambientais;

X - Atividades de Desenvolvimento e Transferência de Inovações e Tecnologias:

- a) Desenvolvimento de Software e de técnicas para a parametrização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem e de suas tecnologias correlatas, para oferta de cursos na modalidade de Educação à Distância (hardware, software e infraestrutura);
- b) Desenvolvimento de Software de Gestão aplicáveis nas atividades da Associação elencadas nesse artigo e de Comunicação, através de sítios eletrônicos e de plataforma de Business Intelligence;
- c) Fomentar e promover o desenvolvimento e a manutenção de pesquisa científica e tecnológica bem como a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento;

XI - Atividades de Agricultura, Abastecimento, Assistência e Extensão Rural:

- a) Contribuir para a formulação de políticas agrícolas, no que se refere à assistência técnica e extensão rural;
- b) Desenvolver programas, coordenar e implementar as políticas de assistência técnica e extensão rural, capacitação e profissionalização de agricultores familiares, compatibilizando aos recursos naturais e às condições de logística e de tecnologia disponíveis na região;
- c) Supervisionar a execução e promover a avaliação de programas e ações de assistência técnica e extensão rural e fomentar a inovação tecnológica na agricultura;
- d) Instalar, implantar, administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos

alimentícios ou serviços atípicos do comércio atacadista de hortigranjeiros.

e) Participar dos planos e programas de Governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e entidades vinculadas ao setor, através, inclusive, de participação acionária.

f) Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

XII - Atividades de Esporte e Lazer:

a) Gerir e operacionalizar, como Organização Social, serviços e unidades esportivas e de lazer em instituições públicas e privadas, promovendo cursos de aprimoramento e desenvolvimento de ensino das técnicas referente às práticas esportivas e entretenimentos recreativos, para técnicos e profissionais de educação física e para a população em geral;

b) Gerir e organizar práticas esportivas, através de escolas e programas de treinamento a crianças, adolescentes, jovens e adultos, com programas de estímulo à prática esportiva;

c) Promoções de lazer e de meios para o desenvolvimento de atividade extracurriculares como colônias de férias, atividades de laborterapias, clubes sociais e de atividades culturais;

Parágrafo primeiro – As atividades acima são meramente exemplificativas, não impedindo a execução de outras correlatas que, por suas características, englobam as finalidades previstas no caput, do artigo 2º deste Estatuto.

Parágrafo segundo – O CECECON possui finalidade não lucrativa, tendo por obrigatoriedade investir seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, sendo vedada a distribuição de bens ou parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade, ficando assim terminantemente proibido qualquer distribuição entre seus associados, conselheiros, diretores empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Art. 5º - O CECECON terá o prazo de duração indeterminado, regendo-se pelo presente Estatuto, normas internas a legislação civil a ele aplicável e ainda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Art. 6º - O CECECON terá Regimentos Internos que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração nos quais estarão estabelecidas a normas que disciplinarão o seu funcionamento, sua estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as respectivas competências;

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - O quadro Social é constituído das seguintes categorias de membros associados:

I - Fundadores: aqueles que assinarem a ata de constituição da sociedade.

II - Beneméritos: os que venham a se destacar na realização de obras sociais e filantrópicas a benefício da sociedade civil e ao CECECON, mediante proposta da Diretoria Executiva.

III - Contribuintes: qualquer pessoa física, que faça parte do quadro de associados e que venha cumprir com o pagamento de uma contribuição financeira periódica e continuada ao CECECON, a título de taxa de associado, estabelecida pelo Conselho de Administração, após sua inclusão no quadro de associados, autorizada pela Presidência e referendada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A inclusão de novos associados será realizada por ato do Diretor Presidente do

CEGECON, sob referendo da Assembleia Geral.

Seção I – Dos Direitos

Art. 8º - São direitos dos associados:

- I - Votar e ser votado nas Assembleias Gerais especialmente convocadas para preenchimento das vagas dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal;
- II - Participar das Assembleias Gerais com direito a manifestação e voto;
- III - Propor a admissão de novos associados;
- IV - Propor candidatos à eleição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva do CEGECON;
- V - Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária, justificando convenientemente o pedido;
- VI - Ter acesso a todos os documentos da Associação;
- VII - Recorrer das decisões da Diretoria.

Parágrafo único - Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

Seção II – Dos Deveres

Art. 9º - São deveres dos membros:

- I - Concorrer com seu esforço pessoal para a plena consecução dos objetivos do CEGECON.
- II - Desenvolver as tarefas que lhes forem cometidas.
- III - Cumprir e zelar pelo cumprimento deste estatuto e demais normas internas do CEGECON;
- IV - Acatar as decisões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- V - Aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;
- VI - Zelar pelo nome e pelos bens da instituição;
- VII - Participar das Assembleias Gerais;
- VIII - Cooperar para o desenvolvimento e a realização das atividades da Associação.

Parágrafo Único - O Associado que não comparecer ou não justificar a ausência em duas Assembleias Gerais estará infringindo o presente Estatuto estando sujeito às penalidades.

Seção III – Das penalidades

Art. 10 - Infringindo o presente Estatuto, os associados estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Suspensão;
- III - Exclusão.

Parágrafo primeiro - A advertência será aplicada pelo Presidente do CEGECON, mediante aprovação da Diretoria Executiva, em caráter reservado, para punir faltas leves.

Parágrafo segundo - A suspensão será aplicada pelo Presidente, após aprovação da Diretoria Executiva, em recurso "ex-officio", para punir faltas graves.

Parágrafo terceiro - A exclusão e ou demissão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, no prazo de 15 (quinze) dias,



a partir da notificação, quando da prática dos seguintes atos:

- I - Grave violação do estatuto;
- II - Atentar contra a entidade, seus membros, associados ou objetos estatutários;
- III - Exercício de atividade, cargo ou função incompatível com a condição de associado;
- IV - Condenação administrativa, criminal ou em ação civil pública ou por prática de ato improbidade administrativa, transitada em julgado;
- V - Prática de ação ou omissão reprovável diante dos objetivos, princípios e normas da entidade.

Parágrafo quarto – O procedimento previsto no parágrafo anterior será disciplinado pelo Regimento Interno da associação.

Art. 11 - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, convocada especialmente para esta finalidade, a deliberação e aplicação de exclusão de qualquer associado, após a comprovação de ato que justifiquem esta penalidade, condicionada à votação favorável a exclusão pela maioria absoluta dos presentes.

Art. 12 - Os membros da associação não respondem pelas obrigações sociais da mesma, nem mesmo subsidiariamente.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 13 - São órgãos integrantes da estrutura da Organização:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Diretoria Executiva;
- IV - Comitê Técnico;
- V - Conselho Fiscal;

CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14 - A Assembleia Geral é o órgão de deliberação máxima da associação, com poderes para decidir sobre todas as suas atividades e tomar as providências que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, respeitando as atribuições dos demais órgãos, previstas nesse Estatuto Social.

Seção I - Das Competências

Art. 15 - Compete à Assembleia Geral:

- I - Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e deliberar sobre qualquer alteração do mesmo;
- II - Destituir, como prerrogativa exclusiva, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros, após considerações do Conselho de Administração;
- III - Deliberar sobre as contas, os balanços e os relatórios da Diretoria Executiva, após parecer prévio do Conselho Fiscal e aprovação pelo Conselho de Administração;
- IV - Julgar, em instância superior, os recursos interpostos das deliberações da Diretoria Executiva;
- V - Exercer qualquer poder não expressamente atribuído a outro órgão;
- VI - Aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos, por maioria de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros presentes;
- VII - Deliberar e aprovar acerca da exclusão de membro;
- VIII - Aprovar e dispor sobre a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros.



Parágrafo Único - Serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme se finda os mandatos, nos moldes definidos neste Estatuto.

- I - A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.
- II - O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão regulados pelo Regimento Interno do CEGECON;
- III - Para suprir cargos vagos, por renúncia de membro, a eleição será realizada, para cumprir o tempo restante do mandato, através de manifestação individual dos associados em plenário da Assembleia Geral.

Seção II - Da Convocação

Art. 16 - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria Executiva, através de ato do Diretor Presidente, pelo Conselho Administrativo ou por grupo de associados que representem no mínimo 1/5 (um quinto) do quadro social.

Parágrafo primeiro - Os editais de convocação de Assembleia Geral Ordinária serão fixados em locais visíveis nas dependências da organização, podendo, ainda, serem publicados em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo segundo - Em caso de Assembleia Geral Extraordinária, que terá sua convocação por edital, afixado em locais visíveis nas dependências da organização, podendo, ainda, serem publicados em jornal de grande circulação, a antecedência mínima será de 02 (dois) dias.

Seção III - Da Instalação

Art. 17 - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de associados que representem, no mínimo, um terço (1/3) do quadro social, e, em segunda convocação, com qualquer número de associados, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação.

Art. 18 - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da organização ou, em caso de impedimento, inclusive de seus eventuais substitutos, por qualquer um dos associados presentes à reunião.

Parágrafo único - O Presidente escolherá um membro para atuar como Secretário da Assembleia que ficará responsável pela elaboração da ata, detalhando os assuntos tratados na reunião.

Art. 19 - O associado presente à Assembleia Geral deverá identificar-se e assinar a "Lista de Presença", não sendo permitida a representação por procurador.

Parágrafo Único - O número de associados presentes, em cada chamada, será comprovado pelas assinaturas dos mesmos constantes da lista de presença.

Seção IV - Das Deliberações

Art. 20 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos, por aclamação, por votação nominal ou por escrutínio secreto, cabendo ao Presidente, decidir qual o sistema de votação a ser adotado.

Parágrafo primeiro - Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, decidir por voto de qualidade, quando for o caso.



Parágrafo segundo – Nas seguintes hipóteses a aprovação dependerá maioria qualificada de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos presentes:

- I - Destituição dos membros do Conselho Administrativo, da Diretoria Executiva, do Comitê Técnico e do Conselho Fiscal;
- II - Alteração do estatuto;
- III - Exclusão de membro;
- IV - Extinção da entidade.
- V - Fusão, incorporação ou desmembramento;
- VI - Mudança de objetivo.
- VII - Aprovar o planejamento para o exercício seguinte;

Art. 21 – Até 05 (cinco) dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária a Diretoria Executiva, divulgará aos associados os seguintes documentos:

- I - Relatório das Atividades desenvolvidas no exercício que se encerra;
- II - Balanço Geral e demais demonstrações financeiras;
- III - Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas a serem apreciadas, se for o caso.

Parágrafo único – Os documentos previstos nos incisos I a III poderão ser fixados juntamente à convocação em locais visíveis nas dependências da organização

Art. 22 – As Assembleias Gerais Ordinárias, ocorrerão até o dia 31 de março de cada ano e serão realizadas para aprovação das contas do exercício anterior.

Parágrafo único – As Assembleias Extraordinárias realizar-se-ão a qualquer tempo, observado os requisitos do art. 15 e poderão discutir qualquer tema de interesse da instituição, exceto aquele previsto no caput.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 23 - O Conselho De Administração, órgão de deliberação superior da associação, possui função normativa e de controle, exercendo a coordenação, a fiscalização e a avaliação das atividades da entidade.

Parágrafo primeiro – O Conselho de Administração será constituído por:

- I - 1 (um) Conselheiro Presidente, também denominado apenas Presidente;
- II - 1 (um) Conselheiro Vice-Presidente, também denominado apenas Vice-Presidente;
- III - demais Conselheiros Administrativos

Parágrafo segundo – O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos pelos membros do Conselho de Administração na primeira reunião do conselho de administração subsequente à designação dos componentes pela Assembleia Geral.

Parágrafo terceiro - Em caso de vacância em cargos do Conselho de Administração, haverá a competente reposição, por meio de eleição efetivada por aqueles que tem competência, nos termos do estatuto, para eleger o conselheiro que deixou o cargo, mantida a paridade estabelecida no artigo 25.

Parágrafo quarto - Será automaticamente destituído de suas funções o Conselheiro que, durante a vigência do seu mandato, injustificadamente, deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões seguidas, ou 3 (três) intercaladas, cabendo ao conselheiro destituído recurso à Assembleia Geral, especificamente convocada para esse fim, no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação.



Seção I - Das Competências

Art. 24 - Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- a) Fixar o âmbito de atuação da Entidade, para consecução do seu objeto, bem como, o planejamento estratégico, a coordenação, controle e a avaliação global, definindo as suas diretrizes fundamentais de funcionamento;
- b) Aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- c) Aprovar o Plano Anual de Atividades, a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- d) Designar os membros da Diretoria e fixar as suas remunerações, em valores compatíveis com os de mercado, na unidade da federação que atua a organização social, desde que não sejam superiores ao teto estabelecido pelos respectivos atos normativos, conforme a necessidade e possibilidade da organização.
- e) Aprovar o regimento interno da entidade, que disporá, no mínimo sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as respectivas competências;
- f) Aprovar, por no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio contendo procedimentos que devem adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e admissão de pessoal, bem como o plano de cargos e salários, benefícios e remuneração dos empregados da entidade, que não poderá ultrapassar o limite de 90% (noventa por cento) da maior remuneração paga aos membros da Diretoria Executiva;
- g) Aprovar e encaminhar ao órgão superior da execução do contrato de gestão os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria Executiva;
- h) Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa;
- i) Responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;
- j) Decidir sobre recursos formulados contra decisão de membros da Diretoria Executiva;
- k) Deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

Parágrafo único - O Regulamento próprio de que trata o a alínea "f" do Parágrafo Terceiro deste artigo deverá, ainda, vedar a organização social de manter relacionamento comercial ou profissional com entidades privadas cujos dirigentes, diretores, sócios, gerentes, colaboradores e/ou equivalentes sejam agentes públicos de poder, órgão ou entidade da administração pública estadual de Goiás, bem assim com cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, adotivo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, dirigente e/ou equivalentes da organização social os quais detenham poder decisório.

Seção II – Da Composição

Art. 25 - O Conselho de Administração será constituído por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 20 (vinte) membros, observando-se a seguintes hipóteses de proporção:

I – Primeira hipótese de composição:

- a) até 55 % (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de eleitos dentre os membros ou os associados
- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

II – Segunda hipótese de composição:



- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
- b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
- c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
- d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

III - Terceira hipótese de composição:

- a) 40% (quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
- b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
- c) Até 10% (dez por cento) de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- e) Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

IV - Quarta hipótese de composição:

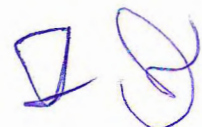
- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros eleitos que pertençam ao poder Público;
- b) 20 a 60% (vinte a sessenta por cento) de membros designados pelo Conselho de Administração dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10 a 20% (dez a vinte por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

V - Quinta hipótese de composição:

- a) 40% (quarenta por cento) de membros representantes do Poder Público;
- b) 50% (cinquenta por cento) de membros eleitos, representantes de entidades da sociedade civil;
- c) Até 10% (dez por cento) de membros indicados pela Organização Social;

VI - Sexta hipótese de composição:

- a) 50% (cinquenta por cento) de membros do poder público;
- b) 30% (trinta por cento) de membros representantes de entidades da sociedade civil;
- c) 20% (vinte por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;



VII - Sétima hipótese de composição:

- a) Até 55% (cinquenta e cinco por cento) de membros natos representantes do Poder Público;
- b) 30 a 55% (trinta a cinquenta e cinco por cento), de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- c) Até 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- d) Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos, na forma estabelecida neste estatuto.

Parágrafo primeiro - Os membros do conselho de administração de que trata o *caput* deste artigo não podem ser parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau dos demais conselheiros.

Parágrafo segundo - Os membros integrantes da categoria de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral deverão ser escolhidos entre aqueles que compõem o Comitê Técnico.

Seção III – Dos Conselheiros

Art. 26 - Os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b", dos incisos do artigo anterior, devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do conselho.

Art. 27 - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução.

Art. 28 - O primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos neste estatuto;

Art. 29 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo 03 (três) vezes a cada ano e extraordinariamente, a qualquer tempo mediante convocação da Diretoria Executiva, ou, de pelo menos 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

Art. 30 - O dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho sem direito a voto.

Art. 31 - Os conselheiros não receberão qualquer espécie de remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem ao CEGECON, ressalvada a ajuda de custo, de caráter indenizatório, por reunião da qual participar;

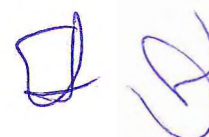
Art. 32 - Os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria Executiva da entidade devem renunciar ao assumir funções executivas, sendo vedada a cumulação de cargos.

Art. 33 - No caso de ocorrer vaga ou impedimento dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho que se realizar, obedecendo a paridade prevista no artigo 36.

Seção IV – Das Disposições Gerais

Art. 34 - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos membros presentes na reunião do conselho, com exceção do previsto na alínea "f" do artigo 24.

Art. 35 - É vedada a participação, no Conselho de Administração e em diretorias da entidade, de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, do Presidente da



República, do Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, Ministros de Estado, dos Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de autarquia ou fundação, Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, Vereadores, membros do Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas da União, do Estado e dos Municípios e, ainda, dos integrantes do quadro de direção de quaisquer outros órgãos da Administração direta e indireta, nesta compreendidas as empresas estatais, com os quais a entidade venha a celebrar convênio, parceria ou instrumento congêneres.

Art. 36 - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal poderão participar das reuniões do Conselho de Administração sem direito a voto.

Art. 37 - Os membros do Conselho de Administração e diretores, estatutários ou não, de organizações sociais não poderão participar da estrutura de mais de 1 (uma) entidade como tal qualificada no Estado de Goiás;

CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I - Da Composição

Art. 38 - A Diretoria Executiva, órgão de direção da organização, será designada pelo Conselho de Administração, para o cumprimento de mandato por um período de 04 (quatro) anos, e será composta dos seguintes membros:

- I - Diretor Presidente;
- II - Diretor Executivo;
- III - Diretor Administrativo;

Parágrafo Único - Os Diretores serão substituídos pelo Diretor imediatamente posterior para os casos de ausências e afastamentos provisórios, obedecida estritamente a ordem hierárquica estabelecida nos incisos anteriores.

Seção II - Do Mandato

Art. 39 - A Diretoria Executiva será designada, a cada 4 (quatro) anos, pelo Conselho de Administração.

Art. 40 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos, podendo, excepcionalmente, prorrogar-se até a posse de seus sucessores, permitindo-se, sem limitações de quantidade, suas reeleições.

Art. 41 - Em caso de impedimento legal, renúncia, destituição, afastamento ou morte de um dos Diretores, um Diretor interino, indicado pelos membros restantes, assumirá a vacância com mandato fixado em 30 (trinta) dias

Art. 42 - O Conselho de Administração, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, designará um novo Diretor, podendo referendar a decisão dos demais Diretores ou designar outra pessoa.

Seção III - Da Remuneração

Art. 43 - Os membros da Diretoria Executiva poderão vir a ser remunerados pelo exercício de suas atribuições, mediante valor a ser fixado anualmente, pelo Conselho de Administração compatível com os de mercado, respeitando-se os limites permitidos pela legislação de cada ente federado, independentemente de transcrição.



Parágrafo primeiro – Os limites previstos no caput aplicar-se-ão imediatamente à celebração do contrato de gestão, sendo vedado o pagamento, a qualquer título, de remuneração além do estipulado.

Seção III - Da Responsabilidade

Art. 44 – Os diretores não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação em virtude de ato regular de gestão, salvo nos casos de dolo em atos lesivos a terceiros ou a própria entidade .

Seção IV - Da Competência

Art. 45 - À Diretoria Executiva compete:

- I - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- II - Apresentar o Plano Anual de Atividades, de Investimentos e o Orçamento Geral à aprovação dos Conselhos de Administração, no que se refere às matérias concernentes a Contratos de Gestão, celebrados com o Poder Público na qualidade de Organização Social;
- III - Conceder Diploma de Mérito Social aos associados da organização ou personalidades não integrantes do quadro de associados, que hajam contribuído para o desenvolvimento da Instituição;
- IV - Fiscalizar o cumprimento das decisões da Assembleia Geral;
- V - Decidir, quanto à abertura de quaisquer outras unidades que julgar necessárias, bem como sobre a expansão das atividades da organização, com anuência do Conselho de Administração.
- VI - Convocar a Assembleia Geral;
- VII - Julgar os casos omissos que lhe forem encaminhados pelo Conselho Fiscal, "ad referendum" da Assembleia Geral;
- VIII - Propor à Assembleia Geral as alterações que se fizerem necessárias ao Estatuto;
- IX - Elaborar e submeter aos Conselhos de Administração anualmente o Relatório de Atividades da organização, acompanhado do Balanço e do parecer do Conselho Fiscal, no que se refere ao Relatório de Atividades, objeto do Contrato de Gestão, como Organização Social.
- X - Propor à Assembleia Geral a admissão de associados beneméritos, bem como o desligamento desses;
- XI - Apresentar as diretrizes orçamentárias para aplicações financeiras.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva fará publicar anualmente no Diário Oficial do respectivo ente federado com o qual mantenha a relação contratual, os relatórios financeiros e o relatório de execução do contrato de gestão.

Subseção I – Do Presidente

Art. 46 - A Presidência, unidade orgânica de direção, é exercida pelo Diretor Presidente, ao qual compete:

- I - Representar o CEGECON ativa e passivamente em juízo ou fora dele podendo para tanto constituir representantes e procuradores;
- II - Dirigir e administrar o CEGECON, juntamente com os demais diretores, em conformidade com as normas e regimento do seu estatuto interno;
- III - Convocar e presidir as reuniões da diretoria, dando o voto de qualidade quando o necessário;
- IV - Promover a convocação e a realização das reuniões dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal;
- V - Convocar e presidir as Assembleias Gerais;
- VI - Assinar acordos, convênios e contratos de parceria;
- VII - Admitir e demitir funcionários;



- VIII - Coordenar as ações dos demais membros da Diretoria Executiva;
- IX - Tomar iniciativas que não entrem em conflito com as competências dos demais diretores, para a consecução dos objetivos da entidade;
- X - Encaminhar aos Conselhos de Administração relatório anual de atividades;
- XI - Nomear membros para o Comitê Técnico;
- XII - Delegar competência aos demais diretores na esfera de suas atribuições;
- XIII - Assinar juntamente com os diretores presentes as atas de reuniões da diretoria;
- XIV - Dar fiel execução às resoluções dos Conselhos de administração;
- XV - Supervisionar, em caráter geral, a administração da entidade;
- XVI - Exercer as demais atribuições decorrentes deste estatuto e da legislação em vigor;
- XVII - Assinar, os documentos que criem responsabilidade financeira para o CECECON, e os que exonerem terceiros para com ela;
- XVIII - Movimentar contas em geral, com assinaturas em conjunto com o Diretor Administrativo;
- XIX - Indicar seu substituto para os casos de excepcionalidade.
- XX - Participar das reuniões dos Conselhos de Administração, sem direito a voto;
- XXI - Submeter suas contas ao exame dos Conselhos de Administração e Fiscal, para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral;
- XXII - Submeter ao Conselho de Administração e Fiscal o relatório de suas atividades e a situação financeira do CECECON, em cada exercício;
- XXIII - Criar e prover cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- XXIV - Promover campanhas de levantamento de receitas e fundos.

Subseção II – Do Diretor Executivo

Art. 47 - Compete ao Diretor Executivo:

- I - Dirigir e coordenar o funcionamento de todos os serviços de secretaria, consultorias e assessorias externas e dos demais serviços gerais;
- II - Promover a realização dos fins do CECECON, dirigindo e coordenando a execução dos projetos e planos de trabalho das instituições e também aqueles que fazem parte das atividades contratadas por terceiros, sejam eles da iniciativa privada ou da administração pública;
- III - Elaborar os Regimentos Internos, para submeter às apreciações da Presidência;
- IV - Elaborar os Planos de Trabalhos necessários às atividades do CECECON;
- V - Superintender e promover o cumprimento das atividades de secretaria nas Assembleias Gerais, reuniões da Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, com redação das atas em instrumento próprio e seus registros em órgãos competentes;
- VI - Apreciar e dar parecer às admissões e demissões de colaboradores, auxiliando na decisão da Presidência;
- VII - Substituir o Diretor Presidente em eventuais impedimentos ou afastamentos;
- VIII - Substituir o Diretor Administrativo em eventuais impedimentos ou afastamentos;
- IX - Respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, normas e regimentos da instituição;
- X - Elaborar e apresentar ao Diretor Presidente, as propostas da política profissional, científica, tecnológica e inovações a serem praticadas nos projetos e programas próprios do CECECON e em atividades de gestão e operacionalização das atividades exercidas, elencadas no parágrafo segundo do artigo 2º do Estatuto Social;
- XI - Dirigir todas as ações de operacionalização que compreende as atividades que correspondem aos objetivos da instituição definidos no parágrafo segundo do artigo 2º do Estatuto Social;
- XII - Elaborar relatórios circunstanciados das atividades realizadas na gestão e operacionalização dos serviços institucionais próprios e dos executados a terceiros, objetos de Contrato de Gestão como Organização Social e de outras formas de parcerias.
- XIII - Proceder ações de monitoramento e elaboração dos relatórios de cumprimento das metas de produção dos serviços;



- XIV - Contribuir para a melhoria dos planos de trabalho;
- XV - Apreciar avaliações do desempenho institucional realizadas e os critérios utilizados;
- XVI - Analisar os apontamentos de pesquisas realizadas acerca do desempenho e dos resultados das atividades e programas em execução;
- XVII - Avaliar e propor e participar de ações para geração de convênios e projetos de pesquisas institucionais e interinstitucionais;
- XVIII - Acompanhar e coordenar as atividades em desenvolvimento nas unidades governamentais, objeto de Contratos de Gestão como Organização Social;
- XIX - Coordenar e gerir as atividades sociais da instituição;

Subseção III – Do Diretor Administrativo

Art. 48 - Compete ao Diretor Administrativo:

- I - Dirigir, administrar e coordenar as atividades e processos que correspondem às realizações de despesas da instituição, aquisições de materiais de consumo e de investimentos, ordenadas pelo Diretor Presidente, após aprovações do controle orçamentário;
- II - Gerir os Recursos Humanos e coordenar as atividades e registros que correspondem à administração de pessoal, próprio e de terceiros, em atuações na CEGECON e nos projetos e trabalhos, contratados por instituições da iniciativa privada ou pública;
- III - Gerir os controles e registros patrimoniais e atividades de arquivos e documentações da área administrativa, fiscal e jurídica;
- IV - Promover esforços para arrecadação e controle das participações e contribuições mensais dos associados, recursos de parcerias, contratos e doações em geral em conjunto com o Diretor Executivo;
- V - Elaborar, em conjunto com o Diretor Executivo e submeter ao Diretor Presidente, para deliberações e encaminhamentos aos Conselhos de Administração, o plano anual das atividades do CEGECON, o seu orçamento e as propostas de despesas e investimentos extraordinários, necessários;
- VI - Dar apoio direto às atividades do Diretor Executivo, no que se refere às atribuições administrativas;
- VII - Apoiar a execução de eventos e promoções;
- VIII - Controlar as finanças, juntamente com o Diretor Presidente, promovendo o registro dos atos econômicos dos orçamentos de despesas, investimentos e aplicações do CEGECON e dos projetos e programas em realizações, contratados por terceiros da iniciativa privada ou da administração pública;
- IX - Controlar as receitas e despesas do CEGECON, fornecendo ao Diretor Executivo orientações acerca das disponibilidades orçamentárias, e ao Diretor Presidente boletins de demonstrações das disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- X - O. Controlar as receitas e despesas dos projetos e programas de terceiros, que por força de contratos, parcerias ou acordos estejam sob a responsabilidade de execução do CEGECON, fornecendo ao Diretor Executivo orientações acerca das disponibilidades orçamentárias, e ao Diretor Presidente boletins de demonstrações das disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- XI - Controlar o sistema e registros das contas a receber e conta a pagar;
- XII - Propor, mediante estudos e pesquisas, à Diretoria Executiva formas de arrecadação financeira;
- XIII - Manter atualizados e de forma transparente, todos os registros das operações financeiras do CEGECON, e também dos projetos e programas geridos pela instituição por força de contratos, ajustes e acordos de entidades públicas e privadas mantendo sua guarda, controle e responsabilidades os valores correspondentes as operações financeiras;
- XIV - Abrir contas de movimentos bancários, para emissões de cheques e ordens de pagamentos e operações financeiras, assinando sempre em conjunto com o Diretor Presidente, podendo esta competência ser designada por procuração a outra pessoa, desde que submetida e aprovada pelo



Conselho de Administração;

XV - Ordenar, dentro dos limites estabelecidos no Regulamento Interno, pagamentos de despesas de pequena monta, necessárias a manter processos ágeis de gestão;

XVI - Manter em dia a escrituração das receitas, despesas e dos atos econômicos e financeiros praticados pelo CEGECON, com a responsabilidade pela guarda, zelo e manutenção dos arquivos dos documentos correspondentes;

XVII - Prover e supervisionar a contabilidade e registros fiscais;

XVIII - Elaborar relatórios, necessários, aos parceiros e contratantes, de prestações de contas, sempre em tempo ideal e estabelecido, correspondentes aos valores financeiros e patrimoniais, sob sua guarda e gestão;

XIX - Elaborar relatórios, mediante resultados contábeis, juntamente com balancetes mensais, elaborados pela contabilidade, encaminhando ao Diretor Executivo e ao Diretor Presidente, para os devidos procedimentos, submetendo ao Conselho Fiscal e demais órgãos do CEGECON, fornecendo as informações complementares que forem objeto de solicitações;

XX - Elaborar relatórios e notas explicativas, mediante os resultados contábeis, do balanço anual, fornecidos pela contabilidade através do Demonstrativo de Resultados e do Balanço Patrimonial, encaminhando ao Diretor Executivo e ao Diretor Presidente, para os devidos procedimentos, submetendo ao Conselho Fiscal e à apreciação e deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, fornecendo as informações complementares que forem objeto de solicitações.

XXI - Substituir, em eventuais impedimentos, o Diretor Executivo, mediante indicação e aprovação do Diretor Presidente.

Seção V – Das Disposições Gerais

Art. 49 - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada bimestre em data a ser fixada por seus membros e extraordinariamente por convocação do Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 50 - As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO VII – DO COMITÊ TÉCNICO

Art. 51 - O Comitê Técnico, órgão de assessoramento técnico especializado da entidade, será composto por no mínimo 03 (três) membros que possuam notória capacidade profissional em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 52 – Compete privativamente ao Comitê Técnico:

- a) Racionalizar e harmonizar procedimentos técnico-científicos e administrativos nos projetos gerenciados pela entidade;
- b) Elaborar rotinas e procedimentos visando à implementação de mecanismos de controle nas respectivas áreas de atuação a serem encaminhados à Diretoria Executiva para apreciação;
- c) Examinar e esclarecer controvérsias sobre o âmbito de atuação da entidade;
- d) Emitir parecer sobre convênios, contratos de gestão e instrumentos congêneres entre a entidade e o poder público;
- e) Emitir parecer sobre eventual assunção de novos contratos.
- f) Emitir parecer circunstanciado sobre a interrupção de projetos em andamento da entidade;
- g) Formular proposições para o aprimoramento da entidade;
- h) Acompanhar a execução dos projetos da entidade, sugerindo as modificações e alterações que julgar adequadas ao incremento dos resultados;
- i) Compatibilizar, em conformidade com a legislação vigente, as decisões tomadas no âmbito restrito do Conselho Técnico;

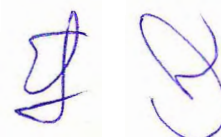


- XIV - Contribuir para a melhoria dos planos de trabalho;
- XV - Appreciar avaliações do desempenho institucional realizadas e os critérios utilizados;
- XVI - Analisar os apontamentos de pesquisas realizadas acerca do desempenho e dos resultados das atividades e programas em execução;
- XVII - Avaliar e propor e participar de ações para geração de convênios e projetos de pesquisas institucionais e interinstitucionais;
- XVIII - Acompanhar e coordenar as atividades em desenvolvimento nas unidades governamentais, objeto de Contratos de Gestão como Organização Social;
- XIX - Coordenar e gerir as atividades sociais da instituição;

Subseção III – Do Diretor Administrativo

Art. 48 - Compete ao Diretor Administrativo:

- I - Dirigir, administrar e coordenar as atividades e processos que correspondem às realizações de despesas da instituição, aquisições de materiais de consumo e de investimentos, ordenadas pelo Diretor Presidente, após aprovações do controle orçamentário;
- II - Gerir os Recursos Humanos e coordenar as atividades e registros que correspondem à administração de pessoal, próprio e de terceiros, em atuações na CEGECON e nos projetos e trabalhos, contratados por instituições da iniciativa privada ou pública;
- III - Gerir os controles e registros patrimoniais e atividades de arquivos e documentações da área administrativa, fiscal e jurídica;
- IV - Promover esforços para arrecadação e controle das participações e contribuições mensais dos associados, recursos de parcerias, contratos e doações em geral em conjunto com o Diretor Executivo;
- V - Elaborar, em conjunto com o Diretor Executivo e submeter ao Diretor Presidente, para deliberações e encaminhamentos aos Conselhos de Administração, o plano anual das atividades do CEGECON, o seu orçamento e as propostas de despesas e investimentos extraordinários, necessários;
- VI - Dar apoio direto às atividades do Diretor Executivo, no que se refere às atribuições administrativas;
- VII - Apoiar a execução de eventos e promoções;
- VIII - Controlar as finanças, juntamente com o Diretor Presidente, promovendo o registro dos atos econômicos dos orçamentos de despesas, investimentos e aplicações do CEGECON e dos projetos e programas em realizações, contratados por terceiros da iniciativa privada ou da administração pública;
- IX - Controlar as receitas e despesas do CEGECON, fornecendo ao Diretor Executivo orientações acerca das disponibilidades orçamentárias, e ao Diretor Presidente boletins de demonstrações das disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- X - O. Controlar as receitas e despesas dos projetos e programas de terceiros, que por força de contratos, parcerias ou acordos estejam sob a responsabilidade de execução do CEGECON, fornecendo ao Diretor Executivo orientações acerca das disponibilidades orçamentárias, e ao Diretor Presidente boletins de demonstrações das disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- XI - Controlar o sistema e registros das contas a receber e conta a pagar;
- XII - Propor, mediante estudos e pesquisas, à Diretoria Executiva formas de arrecadação financeira;
- XIII - Manter atualizados e de forma transparente, todos os registros das operações financeiras do CEGECON, e também dos projetos e programas geridos pela instituição por força de contratos, ajustes e acordos de entidades públicas e privadas mantendo sua guarda, controle e responsabilidades os valores correspondentes as operações financeiras;
- XIV - Abrir contas de movimentos bancários, para emissões de cheques e ordens de pagamentos e operações financeiras, assinando sempre em conjunto com o Diretor Presidente, podendo esta competência ser designada por procuração a outra pessoa, desde que submetida e aprovada pelo



Conselho de Administração;

XV - Ordenar, dentro dos limites estabelecidos no Regulamento Interno, pagamentos de despesas de pequena monta, necessárias a manter processos ágeis de gestão;

XVI - Manter em dia a escrituração das receitas, despesas e dos atos econômicos e financeiros praticados pelo CEGECON, com a responsabilidade pela guarda, zelo e manutenção dos arquivos dos documentos correspondentes;

XVII - Prover e supervisionar a contabilidade e registros fiscais;

XVIII - Elaborar relatórios, necessários, aos parceiros e contratantes, de prestações de contas, sempre em tempo ideal e estabelecido, correspondentes aos valores financeiros e patrimoniais, sob sua guarda e gestão;

XIX - Elaborar relatórios, mediante resultados contábeis, juntamente com balancetes mensais, elaborados pela contabilidade, encaminhando ao Diretor Executivo e ao Diretor Presidente, para os devidos procedimentos, submetendo ao Conselho Fiscal e demais órgãos do CEGECON, fornecendo as informações complementares que forem objeto de solicitações;

XX - Elaborar relatórios e notas explicativas, mediante os resultados contábeis, do balanço anual, fornecidos pela contabilidade através do Demonstrativo de Resultados e do Balanço Patrimonial, encaminhando ao Diretor Executivo e ao Diretor Presidente, para os devidos procedimentos, submetendo ao Conselho Fiscal e à apreciação e deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, fornecendo as informações complementares que forem objeto de solicitações.

XXI - Substituir, em eventuais impedimentos, o Diretor Executivo, mediante indicação e aprovação do Diretor Presidente.

Seção V – Das Disposições Gerais

Art. 49 - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada bimestre em data a ser fixada por seus membros e extraordinariamente por convocação do Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 50 - As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate.

CAPÍTULO VII – DO COMITÊ TÉCNICO

Art. 51 - O Comitê Técnico, órgão de assessoramento técnico especializado da entidade, será composto por no mínimo 03 (três) membros que possuam notória capacidade profissional em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 52 – Compete privativamente ao Comitê Técnico:

- a) Racionalizar e harmonizar procedimentos técnico-científicos e administrativos nos projetos gerenciados pela entidade;
- b) Elaborar rotinas e procedimentos visando à implementação de mecanismos de controle nas respectivas áreas de atuação a serem encaminhados à Diretoria Executiva para apreciação;
- c) Examinar e esclarecer controvérsias sobre o âmbito de atuação da entidade;
- d) Emitir parecer sobre convênios, contratos de gestão e instrumentos congêneres entre a entidade e o poder público;
- e) Emitir parecer sobre eventual assunção de novos contratos.
- f) Emitir parecer circunstanciado sobre a interrupção de projetos em andamento da entidade;
- g) Formular proposições para o aprimoramento da entidade;
- h) Acompanhar a execução dos projetos da entidade, sugerindo as modificações e alterações que julgar adequadas ao incremento dos resultados;
- i) Compatibilizar, em conformidade com a legislação vigente, as decisões tomadas no âmbito restrito do Conselho Técnico;



- j) Comunicar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração suas sugestões e análises.

Art. 53 – O Diretor Presidente designará, através de portaria, os membros para compor o Comitê Técnico, inclusive não associados.

Parágrafo único – O exercício de cargo de membro do comitê técnico não impede que o associado ocupe cargos de conselheiro ou de diretor, observando-se a previsão do artigo 32.

Art. 54 - O associado poderá solicitar sua nomeação para compor o Comitê Técnico, mediante requerimento a ser encaminhado ao Diretor Presidente, a quem compete privativamente apreciar os pedidos.

Parágrafo único - Da decisão negativa do Diretor Presidente cabe recurso ao Conselho de Administração que o julgará em caráter definitivo e irrecurável.

Art. 55 – O Comitê Técnico poderá ser subdividido em Comissões Temáticas organizadas em conformidade com as áreas de atuação da entidade.

CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 56 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da entidade, presidido por um de seus membros, será constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de 03 (três) anos, permitida a reeleição, por uma única vez, de 1/3 (um terço) de seus componentes.

Art. 57 - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 12(doze) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 58 - Os componentes do Conselho Fiscal, Efetivos e Suplentes, não poderão fazer parte dos Conselhos de Administração e da Diretoria Executiva.

Parágrafo primeiro - Poderão participar das reuniões do Conselho Fiscal, os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração, sem direito a voto.

Parágrafo segundo - Os membros do Conselho Fiscal, não serão remunerados pelos seus serviços prestados em suas funções, ressalvada a custeio a título de ajuda de custo, de caráter indenizatório, correspondente a sua participação em reunião.

Parágrafo terceiro - Os membros do Conselho Fiscal, estatutários ou não, de organizações sociais não poderão participar da estrutura de mais de 1 (uma) entidade como tal qualificada no âmbito dos entes federativos contratantes;

Art. 59 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre as prestações de contas;
- b) Encaminhar o balancete anual e encaminhar parecer técnico sobre o mesmo;
- c) Examinar livros, documentos e registros contábeis;
- d) Auxiliar o Diretor Financeiro desde que solicitado;
- e) Comparecer às reuniões de diretoria quando convocado;
- f) Apoiar a execução de promoções e eventos;
- g) Denunciar por escrito a Assembleia Geral irregularidade que verificar na gestão financeira do CEGECON;
- h) Promover sempre que se fizer necessária auditoria interna ou mesmo externa no CEGECON;
- i) Fiscalizar, assídua e minuciosamente a administração do Instituto, exercida pela Diretoria



Executiva.

CAPÍTULO IX - DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO

Art. 60 - Os recursos necessários à sua manutenção provêm:

- I - De contribuições dos associados;
- II - De doações de pessoa física ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- III - Produtos de prestações de serviços efetivos;
- IV - Da realização direta ou indireta de promoções ou participação em eventos instituídos por terceiros;
- V - De subvenções, auxílios ou contribuições que eventualmente lhe sejam destinados pelo poder público;
- VI - De contratos ou convênios de parcerias firmados com o poder público ou iniciativa privada;
- VII - De contratos e originárias de seus bens e direitos;
- VIII - Da venda de bens patrimoniais, móveis, imóveis, veículos, propriedade intelectual, semoventes, publicações, ações e títulos que a entidade possuir e vier adquirir.

Art. 61 - A alienação ou constituição de qualquer ônus sobre bens e direitos da entidade somente serão admitidos após a aprovação da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - As receitas e o patrimônio social serão aplicados exclusivamente no país e no desenvolvimento dos fins sociais do Instituto.

CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E SEUS RESULTADOS

Art. 62 - O Diretor Presidente apresentará ao Conselho de Administração a proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio e a aplicação de recursos excedentes do Instituto, assim como a prestação anual de contas, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para deliberar.

Parágrafo Único - Uma vez aprovada a proposta orçamentária, ou esgotado o prazo para que o Conselho de Administração, no âmbito da sua competência delibere sobre ela, o Diretor Presidente ficará autorizado a realizar as despesas nela previstas.

Art. 63 - O exercício financeiro coincidirá com o calendário civil, tendo início no dia 01 de janeiro e terminando no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 64 - Por solicitação do Diretor Presidente e condicionado a aprovação do Conselho de Administração, no âmbito de sua atribuição, o orçamento poderá ser revisto e modificado, durante o correspondente exercício.

Art. 65 - A prestação de contas será pública, através da sua publicação no Sítio Eletrônico da entidade, e qualquer cidadão interessado terá acesso aos balanços encerrados, após liberação por parte do Conselho de Administração.

Art. 66 - O Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício levantado ao término do exercício financeiro, todos os Relatórios Financeiros e o Relatório de Execução do Contrato de Gestão, anualmente, deverão ser publicados obrigatoriamente em Diário Oficial do Estado.

Art. 67 - Para os Relatórios Financeiros, bem como os Balanços devem ser observados os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, acompanhado de parecer técnico-contábil de empresa de auditoria independente que ateste sua veracidade e conformidade com a legislação em vigor.



